

Os esqueletos do armário

José Marcio Mendonça

O economista Edmar Bacha, um dos formuladores do Plano Real e até hoje, mesmo fora do governo há um bom tempo, interlocutor constante do presidente da República, não é chegado a pregar catástrofes para a economia nacional. Essa tática é mais usada por alguns colegas seus como forma de atrair a atenção de jornalistas, ocupar espaços na "mídia" e valorizar seus passes perante as empresas que contratam suas assessorias. Por isso, sua palestra de segunda-feira passada no Palácio do Planalto, num seminário promovido pelo Ipea e pela Cepal a propósito do segundo aniversário do programa de estabilização econômica, causou frisson.

A tônica de Bacha foi de advertência quanto ao perigo do crescimento da dívida pública, atualmente puxada em especial pelos déficits da União, Estados e municípios e pelas políticas cambial e monetária. Ela estava em maio em R\$ 151 bilhões, com um salto de mais de 100% em um ano. Até aí, nada revelador, tudo igualzinho ao que dizem e pensam dez entre dez economistas, empresários e estudiosos vários dos problemas brasileiros, até mesmo muita gente dentro do próprio governo.

Bacha começou a sair do senso comum quando, com base em projeções matemáticas, calculou que, com o atual nível de déficit público — projetado em 2,5% para este ano contra 5% no ano passado —, se não conseguir reduzir o estoque atual da dívida, o governo poderia ser forçado a promover uma hipotética inflação de 47% para não desarranjar totalmente suas contas.

Com uma inflação nessa altura, atrasando seus compromissos, governo federal, governos estaduais e governos municipais poderiam ajustar seus orçamentos, como fizeram durante todos os anos de inflação. É esse o risco potencial do déficit, que o presidente Fernando Henrique Cardoso, ao abrir o mesmo seminário, garantiu que não irá correr. Inflação é palavra proibida.

A receita de Bacha é a mesma de quase todo mundo: faturar, com a venda de estatais, de R\$ 6 bilhões a R\$ 9 bilhões por ano para abater a dívida pública. Desse ponto de vista, dá para ver como é perigosa a proposta do Congresso — quer 100% — e dos governadores dos Estados onde a companhia atua — querem 60% — de que os recursos recebidos com a venda da Vale sejam utilizados para novos investimentos.

Mas a grande bomba soltada por Edmar Bacha, aspecto que parece estar ausente das preocupações mais imediatas de quem trata da economia brasileira de fora do governo, é a *dívida potencial* do setor público: "Ainda existem vários esqueletos a serem retirados do armário e, quando isso acontecer, eles vão pressionar ainda mais a dívida pública", atirou o ex-presidente do BNDES. E são esqueletos para causar mais ruído — e ruído real — do que o barulho que têm causado os esqueletos de PC Farias e sua namorada.

Os principais deles:

— O Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), com um potencial prejuízo de R\$ 51 bilhões, a ser coberto nos próximos dez anos. O FCVS era um seguro que o mutuário do Sistema Financeiro da Habitação pagava para cobrir o resíduo do saldo devedor que ficava em sua conta depois de liquidada a última prestação do contrato. Como durante anos o aumento do saldo devedor ultrapassou o aumento da prestação, esse saldo cresceu enormemente e o fundo não foi suficiente para compensá-lo. Parte dele o governo está saldando ao aceitar créditos do FCVS como moeda para as privatizações e como garantia dos empréstimos do Proer. Mas parte terá de saldar em dinheiro ou títulos, com pressão sobre o déficit. Na semana passada a Caixa Econômica Federal recebeu R\$ 5,6 bilhões em títulos por conta do fundo.

— Os prejuízos projetados dos fundos de pensão das empresas estatais. Mesmo com a privatiza-

ção, isto entra como passivo trabalhista e o governo terá de cobrir ou abater do valor da venda. Só os 28 principais fundos têm um débito potencial de R\$ 19,6 bilhões. Na quinta-feira passada, a direção da Petrobrás interveio no Petros, de seus empregados, o mais problemático deles para tentar conter a sangria.

— O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, dinheiro do trabalhador (surgiu como substituto da estabilidade no emprego), emprestado sem grande cuidado principalmente para Estados e municípios. Calcula-se que entre R\$ 20 bilhões e R\$ 25 bilhões desses empréstimos são praticamente irrecuperáveis. Nas mesmas condições, mas em proporções bem menores, ainda não mensuradas, estão recursos do PIS-Pasep e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Alguns outros esqueletos já começaram a ser retirados do armário e já estão pesando sobre as contas públicas: a dívida do setor agrícola, em fase de securitização, e os prejuízos do Banco do Brasil, disfarçados por balanços maquiados durante anos. Só a ajuda ao BB já comeu R\$ 8 bilhões. Em função disso, o presidente da República diz que o pesado do crescimento do déficit vem de acertos de contas do passado.

Uma saída proposta para o governo saldar parte desses compromissos — a chamada *dívida social*, FGTS, Pis-Pasep, FAT e englobando outros fundos — foi apresentada pelo empresário Paulo Brito, da Cotia Trading, e Paulo Rabelo de Castro, no Plano K. Na época, 1992, o governo Collor, no desespero, causou algum furor mas foi esquecido. A idéia era transformar esses recursos em títulos que os trabalhadores seus detentores poderiam utilizar como moeda nas privatizações. Aumentaria os recursos disponíveis para disputar os leilões de privatização (agora para entrar nos consórcios que disputarão a concessão de serviços públicos), democratizaria e popularizaria o processo e não aumentaria a dívida pública.